

PERPECTIVAS PARA UMA AGRICULTURA CAMPONESA¹*KUDLAVICZ, Mieceslau²**ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de³***RESUMO**

Algumas regiões do Brasil, particularmente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do sul, vêm sofrendo nos últimos anos um processo avassalador de transformações no campo, particularmente devido a rapidez com que se expandem os monocultivos de eucalipto e cana de açúcar para servirem de matéria prima para a produção de celulose, açúcar e álcool, respectivamente. É o velho e atual modelo de desenvolvimento agrário monocultor-exportador que realiza ampliação da concentração fundiária - como demonstra os dados do último censo agropecuário do IBGE. Exemplo notório em Mato Grosso é a microrregião de Tangará da Serra em que a expansão da cana avança, sobretudo nos municípios de Barra dos Bugres, Nova Olímpia e Denise. Em Mato Grosso do Sul são os plantios de eucalipto para abastecer duas grandes indústrias de celulose e papel, a Fibria e a Eldorado Brasil. Estas juntas já dominam na microrregião uma área de aproximadamente 500 mil hectares de terra, entre áreas de conservação e áreas destinadas ao cultivo do eucalipto. Porém, é necessário ressaltar que estas partes do território brasileiro não estavam, e não estão desabitadas. Na Microrregião de Tangará da Serra/MT são 3.061 estabelecimentos e no Leste do MS 8.550 pequenos estabelecimentos de até 200 hectares - são agricultores familiares tradicionais e famílias assentadas nos projetos de reforma agrária que disputam o uso e posse de frações deste território para desenvolver uma agricultura de base familiar. Apesar deste modelo de desenvolvimento impor de forma hegemônica um padrão agrário-produtivo que busca isolar a lógica camponesa de produzir - numa espécie de “novo cercamento”. Porém, os camponeses criam estratégias de resistência, dentre elas destaca-se a transição agroecológica.

Palavras chave: concentração fundiária, agricultura camponesa, agroecologia.

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro é detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, uma vez que abriga um berçário de águas onde estão as principais bacias hidrográficas do Brasil. Sozinho representa 22,65% do território brasileiro, onde vivem mais de 22 milhões de pessoas, 19 mil espécies de plantas e 1.575 de animais catalogados (<http://www.ceppec.org.br>). No entanto, o Cerrado vem sendo desmatado e destruído violentamente para dar lugar aos imensos campos de soja, algodão, pastagens, eucalipto e cana de açúcar. Segundo Ab'Saber “nos fins do ano de 2000, a devastação antrópica atingiu um somatório de 65% a 70% do espaço total” (AB'SABER, 2007, p. 41).

¹ Este artigo é fruto da pesquisa intitulada: “Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”, integrada a Rede de Estudos sociais, ambientais e de tecnologias para o sistema produtivo na região sudoeste de Mato Grosso (ASA), com o apoio do MCT/CNPq e do FNDCT.

² Mestrado em Geografia e Agente da Pastoral da Terra. Email: mie3l@uol.com.br.

³ Professora da UFMS, Doutorado em Geografia, E-mail: rosemeire.almeida@ufms.br.

Para a Geografia é fundamental pensarmos a apropriação e uso do bioma Cerrado, a partir destes limites impostos pelo capitalismo atual. Ou seja, temos que construir um conhecimento que permita desenvolvimento sem exclusão e desigualdades, voltado a equidade territorial e ambiental, entendendo que vivemos numa sociedade capitalista dividida em classes e que as alterações/mudanças realizadas no meio ambiente vão depender fundamentalmente do tipo de relações sociais de produção que predomina. Isto é, de como os homens se organizam para produzir e viver. E é evidente que na sociedade capitalista, que preza pela propriedade privada, nem todos os homens têm igual acesso aos recursos da natureza, basicamente porque o direito a propriedade da terra não é igual para todos. De modo que no nosso entendimento a ação dos homens sobre a natureza é marcada pela distinção, isso significa dizer que nem todos os homens são uma “ameaça” a natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2006). Os índios, seringueiros, camponeses de uma forma geral, são os que mais preservam a natureza porque dependem dela diretamente para sua sobrevivência.

Como para o modo de produção capitalista o que importa é o valor de troca, a natureza é vista como recurso que pode ser explorado e sem limites. A ideologia capitalista de transformar tudo em mercadoria vem sempre priorizando o econômico (AB’SABER, 2007), sendo este o responsável maior pelos desastres ambientais que ocorrem atualmente, principalmente a partir de 1950, pois, como bem afirma Santos, a natureza e o ambiente foram colocados a serviço do capital e das grandes empresas multinacionais.

Porto-Gonçalves ao analisar o desenvolvimento da modernização do campo, e a utilização de novas tecnológicas produzidas a partir da biotecnologia para aumentar a produtividade na agricultura, evidencia que não há respeito aos tempos da natureza porque segundo este autor “o capital não pode ficar na dependência do tempo da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O capitalismo precisa ter um controle absoluto da natureza para continuar a se reproduzir no campo e o exemplo maior são os organismos transgeneticamente modificados (OTM). Concordamos com Porto-Gonçalves quando afirma que a técnica não é neutra bem como não existe uma única técnica para realizar um determinado fim (PORTO-GONÇALVES, 2006). Neste sentido, temos como exemplo a Revolução Verde, sendo esta responsável pela degradação ambiental no campo via desmatamentos e contaminação de agrotóxicos nas águas de córregos e rios. Segundo o autor, há 50 anos atrás era necessário uma tonelada de fertilizantes para produzir 42 toneladas de grãos, hoje com uma tonelada de fertilizantes são produzidos somente 13 toneladas de grãos. Isto evidencia que as técnicas da Revolução Verde tornaram o solo dependente de insumos externos revelando o desequilíbrio.

É neste contexto histórico que no Brasil a partir da segunda metade do século XX, especificamente início dos anos sessenta, iniciou-se um processo intenso de modernização da agricultura. Os governos e a burguesia através da mídia, das empresas de assistência técnica, das cooperativas controladas pelos grandes, das escolas, propagaram a ideia de que uma produção moderna era aquela voltada ao mercado. E uma produção voltada ao mercado somente era viável se os camponeses se adequassem ao pacote tecnológico: sementes certificadas e indicadas pelas empresas, adubo químico e maquinários. Como não queriam ser vistos como atrasados, os camponeses acabaram aceitando a ideia. Este modelo privilegiou a monocultura e destruiu a base de auto sustentação dos camponeses que é a produção de autoconsumo forçando o abandono dos seus conhecimentos tecnológicos de adubação, conservação do solo e, principalmente, da produção de sementes.

Com isso os pequenos agricultores foram roubados em seus conhecimentos e desaprenderam a produzir seus próprios alimentos, a fazer e conservar suas próprias sementes e a controlar os inços (ervas daninhas) e pragas com recursos da própria natureza. A sabedoria prática da produção agrícola, que durante milhares de anos foi transmitida de geração em geração, foi abandonada no tempo. Parte significativa dos camponeses ficou dependente das grandes empresas que controlam as sementes, os adubos, os inseticidas, enfim, o conhecimento.

Neste sentido, algumas regiões do Brasil, particularmente nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul vêm sofrendo nos últimos anos um processo avassalador de transformações no campo, de modo particular devido à rapidez com se expandem os monocultivos de eucalipto e cana de açúcar que servem de matéria prima para a produção de celulose, açúcar e álcool, respectivamente.

É o velho e atual modelo de desenvolvimento agrário monocultor-exportador que realiza ampliação da concentração fundiária - como demonstra os dados do último censo agropecuário do IBGE. Exemplo notório em Mato Grosso é a microrregião de Tangará da Serra em que a expansão da cana avança, sobretudo nos municípios de Barra dos Bugres, Nova Olímpia e Denise. Em Mato Grosso do Sul são os plantios de eucalipto para abastecer duas grandes indústrias de celulose e papel, a Fibria e a Eldorado Brasil. Estas juntas já dominam na microrregião uma área de aproximadamente 500 mil hectares de terra, entre áreas de conservação e áreas destinadas ao cultivo do eucalipto. Porém, é necessário ressaltar que estas partes do território brasileiro não estavam, e não estão desabitadas. Na Microrregião de Tangará da Serra/MT são 3.061 estabelecimentos e no Leste do MS 8.550 pequenos estabelecimentos de até 200 hectares - são agricultores familiares tradicionais e famílias

assentadas nos projetos de reforma agrária que disputam o uso e posse de frações deste território para desenvolver uma agricultura de base familiar. Apesar deste modelo de desenvolvimento impor de forma hegemônica um padrão agrário-produtivo que busca isolar a lógica camponesa de produzir - numa espécie de “novo cercamento”. Porém, os camponeses criam estratégias de resistência, dentre elas destaca-se a transição agroecológica.

As Microrregiões de Três Lagoas/MS e de Tangará da Serra/MT

O histórico do uso e ocupação das terras dessas microrregiões tem algumas semelhanças, ambas não possuem a história de ocupação atribuída aos projetos de colonização pública ou privada, como ocorreu em outras partes do território. A microrregião de Três Lagoas recebe os primeiros povoadores na segunda metade do século XIX, provenientes principalmente de Minas Gerais para exercer a atividade pecuária. Já as famílias que migram para a microrregião de Tangará da Serra provenientes de vários estados brasileiros, são atraídas pelas ricas matas de seringueira, para a coleta de poaia⁴ e para trabalhar na extração de minérios.

Este processo de ocupação destas microrregiões, explica em parte, a diferença que existe em relação à estrutura fundiária, no que diz respeito às classes de área de até menos 200 hectares. Podemos observar nos gráficos (1, 2,3 e 4) que a microrregião de Tangará da Serra possui um maior número de estabelecimentos das classes de área de até menos de 200 hectares que a microrregião de Três Lagoas. Em Tangará da Serra eles ocupam 8,73% da área total enquanto que essas mesmas classes de área ocupam tão somente 1,88% da área total na microrregião de Três Lagoas.

⁴ Para maiores informações sobre a atividade poaia ver o trabalho de Márcio Xavier Corrêa. **Memória sobre a economia extrativa da poaia – leste de Minas Gerais (primeira metade do século XIX)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, junho de 2012.

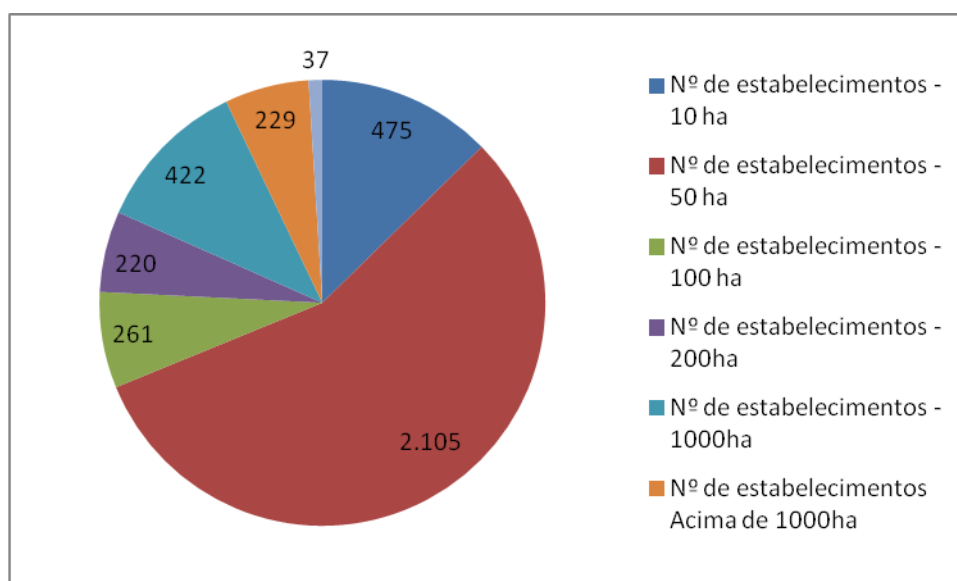


Gráfico 1 – N° de estabelecimentos na microrregião de Tangará da Serra
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

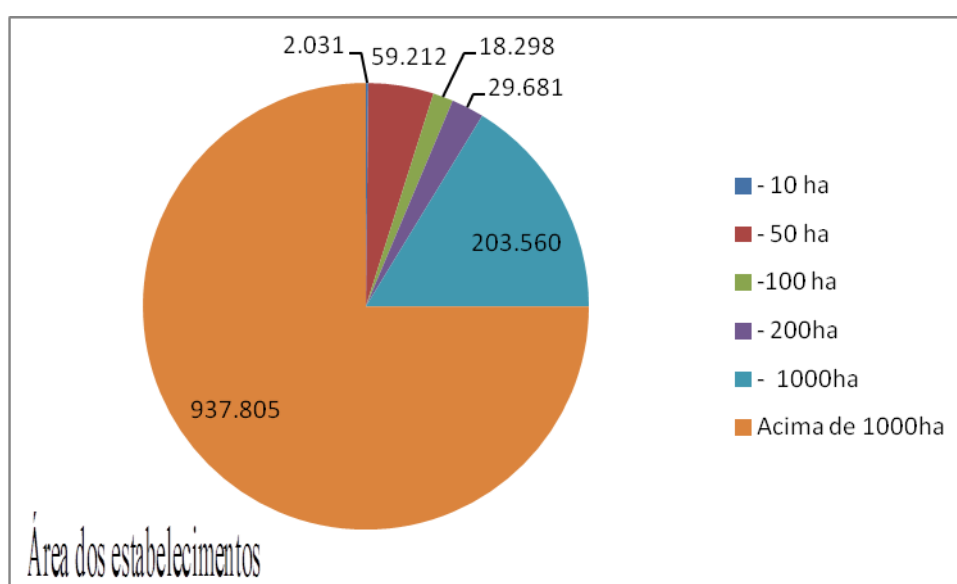


Gráfico 2 – Área dos estabelecimentos na microrregião de Tangará da Serra
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Por sua vez, a área total da microrregião de Três Lagoas é quase quatro vezes maior que a área total de Tangará da Serra, porém esta primeira destina para os pequenos estabelecimentos⁵ de até menos 200 hectares tão somente 85.400 hectares enquanto que Tangará da Serra, que possui área territorial menor, destina 109.222 hectares. As classes de

⁵ Entendemos como pequenos estabelecimentos ou pequenos proprietários aqueles que possuem menos de 200 hectares de terra.

área acima de 1000 hectares, na microrregião de Tangará da Serra representam 74,77% da área total e na microrregião de Três Lagoas de 82,91%.

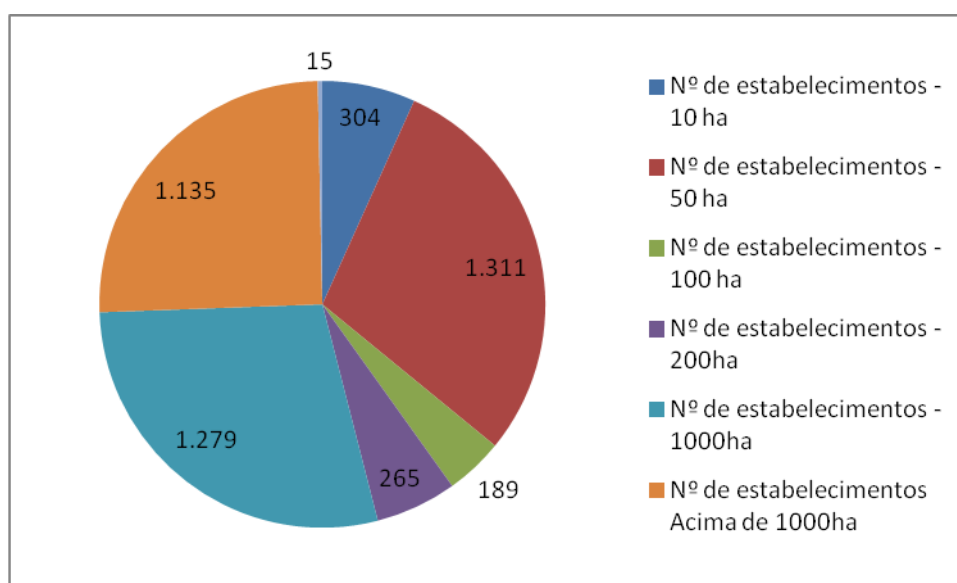


Gráfico 3 – Nº de estabelecimentos na microrregião de Três Lagoas
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006

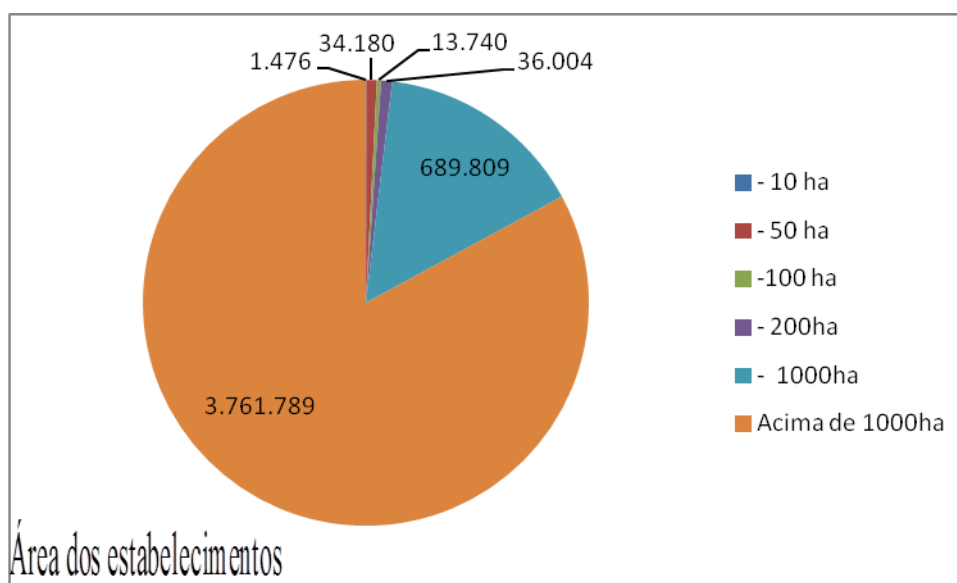


Gráfico 4 – Área dos estabelecimentos na microrregião de Três Lagoas
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Esta situação fundiária não se altera ao analisarmos na escala municipal. Comparando os municípios de Três Lagoas e Tangará da Serra, observamos na tabela 3 que no município de Tangará da Serra o total dos pequenos estabelecimentos é de 1.307 e ocupam

10,73% da área total. Já Três Lagoas os 510 pequenos proprietários ocupam tão somente 3,13% da área total do município.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária dos municípios de Três Lagoas/MS e Tangará da Serra /MT– 2006

Grupo de Classes (ha)	Três Lagoas/MS				Tangará da Serra/MT			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10	86	7,7	368	0,03	284	19.14	1.061	0,27
Menos de 50	215	19,2	5.835	0,6	860	57.95	26.036	6,66
Menos de 100	72	6,4	5.308	0,6	104	7.01	7.009	1,79
Menos de 200	137	12,2	17.567	1,9	59	3.98	7.849	2,01
Menos de 1000	396	35,4	206.671	22,2	110	7.41	52.975	13,54
Acima de 1000	210	18,7	696.928	74,7	65	4.38	296.176	75,73
Sem Área	5	0,4	-----	--	2	0,13	xx	xx
Total	1.121	100	932.678	100	1.484	100	391.106	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Ao analisarmos os principais cultivos agrícolas nas microrregiões verificamos maiores divergências. Enquanto Tangará da Serra possui uma vasta área destinada para o cultivo da cana de açúcar e soja, totalizando 188.491 hectares. Já a área plantada com cana de açúcar, na safra 2011/2012, na microrregião de Tangará da Serra corresponde a 46,13% da área total plantada no estado de Mato Grosso.

Tabela 2 - Total área cultivada de cana-de-açúcar na Microrregião de Tangará da Serra - Ano safra 2011/12

Municípios	2005/2006	2011/2012
Denise	36.628	40.376
Barra do Bugres	43.210	52.958
Nova Olímpia	22.100	20.993
Tangará da Serra	14.620	16.014
Total	116.558	130.341

Fonte: CANASAT.

Tabela 3 - Total área cultivada de soja na Microrregião de Tangará da Serra

Municípios	1995	2011
Denise	x	x
Barra do Bugres	x	x
Nova Olímpia	x	950
Porto Estrela	x	200
Tangará da Serra	32.000	57.000
Total	32.000	58.150

Fonte: IBGE - Sistema PAM.

Três Lagoas se destaca na expansão dos monocultivos de eucalipto como matéria prima para a produção da celulose.

Tabela 4 - Área total ocupada pela FIBRIA (terra própria, arrendada e parceria)

Municípios	Área total ocupada		Área plantada com eucalipto	
	Ano 2008	Ano 2013	Ano 2008	Ano 2013
Água clara	25.705	34.202	11.821	17.026
Brasilândia	68.389	85.598	44.712	56.567
Ribas do Rio Pardo	5.795	44.846	3.829	31.198
Santa R. do Pardo	x	919.		598
Selviria	18.931	28.567	13.681	19.993
Três Lagoas	116.619	153.340	78.194	102.876

Total	235.441	347.474	152.240	228.260
-------	---------	----------------	---------	----------------

Fonte: FIBRIA 2008 e 2013.

O histórico do processo de ocupação que descrevemos anteriormente, de forma muito sucinta, ajuda a entender o porquê destas microrregiões, que possuem semelhante concentração fundiária, se diferenciarem atualmente quanto ao modelo de agronegócio.

Para além do histórico, apresentamos a seguir estas diferenças a partir do registro de dados feitos pelo IBGE no período de 1995 a 2011, comparando as microrregiões objetos de estudo e tomando como exemplo um município de cada uma delas - no caso, os municípios de Três Lagoas e de Tangará da Serra.

Ao observarmos as tabelas 5, 6, 7 e 8 verificamos que a área destinada para os principais produtos da agricultura temporária no período de 1995 a 2011, na microrregião de Tangará, cresceu de 100.433 hectares para 203.299. No entanto, na microrregião de Três Lagoas, no mesmo período, ocorre um processo inverso. Há uma redução significativa da área destinada para a agricultura temporária de 92.483 hectares em 1995 para 38.494 hectares em 2011.

Tabela 5 - Dados do sistema PAM de 1995 e 2011 - área plantada com lavouras temporárias na microrregião de Tangará da Serra/MT

Lavoura Temporária	1995	2011
Abacaxi	15	322
Algodão herbáceo (em caroço)	2.180	8.949
Amendoim (em casca)	27	82
Arroz (em casca)	7.300	4.310
Batata-doce	x	25
Cana-de-açúcar	47.136	113.191
Feijão (em grão)	1.535	798
Mamona (baga)	200	x
Mandioca	760	918
Melancia	15	56
Milho (em grão)	9.250	15.854
Soja (em grão)	32.000	58.150
Total	100.433	203.299

Fonte: IBGE Sistema PAM.

Tabela 6 - Dados do sistema PAM de 1995 e 2011 - área plantada com lavouras temporárias na microrregião de Três Lagoas/MS.

Lavoura Temporária	1995	2011
Abacaxi	37	24
Algodão herbáceo (em caroço)	2.170	10
Amendoim (em casca)	72	x
Arroz (em casca)	3.226	x
Cana-de-açúcar	14.185	12.092
Feijão (em grão)	1.241	823
Mandioca	433	295
Melancia	95	49
Milho (em grão)	4.688	2.650
Soja (em grão)	65.108	21.751
Total	92.483	38.494

Fonte: IBGE Sistema PAM.

Tabela 7 – Área (ha) da lavoura temporária no município de Três Lagoas/MS

Lavoura Temporária	Ano						
	1995	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	2.298	167	254	275	534	626	537
Abacaxi	-	37	24	11	9	16	4
Algodão herbáceo (em caroço)	170	-	-	-	-	-	-
Arroz (em casca)	585	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	400	400	383
Feijão (em grão)	15	12	-	-	-	-	-
Mandioca	150	50	60	50	50	50	50

Melancia	-	18	12	54	10	10	-
Milho (em grão)	700	50	60	50	-	50	50
Soja (em grão)	678	-	98	110	65	100	50

Fonte: IBGE Sistema PAM.

Tabela 8 – Área (ha) da lavoura temporária no município de Tangará da Serra.

Lavoura temporária	Ano						
	1995	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	47.827	94.027	98.414	98.199	79.673	91.512	104.984
Abacaxi	10	350	500	682	300	350	300
Algodão herbáceo (em caroço)	1.000	1.290	2.500	4.178	3.536	3.626	8.949
Amendoim (em casca)	12	50	50	160	-	-	-
Arroz (em casca)	4.500	4.400	5.060	1.500	1.150	1.500	3.157
Batata-doce	-	-	-	-	-	-	25
Cana-de-açúcar	675	16.531	14.024	13.962	9.759	12.451	19.881
Feijão (em grão)	1.400	200	-	-	30	230	562
Mandioca	500	500	450	350	400	200	350
Melancia	15	-	10	9	10	15	20
Milho (em grão)	7.500	13.100	26.050	22.500	13.800	20.600	14.100
Soja (em grão)	32.000	55.000	48.000	50.848	49.648	52.500	57.000
Tomate	15	6	20	10	40	40	40

Fonte: IBGE Sistema PAM.

O município de Tangara da Serra produz uma média de 30 toneladas/dia de produtos de horticultura. Por sua vez, o município de Três lagoas produz uma média de 5 toneladas/dia de produtos de horticultura. E a horticultura é uma atividade agrícola essencialmente desenvolvida pela pequena propriedade, o que explica, em parte, o porquê de Tangará da Serra ter um volume maior de produção que Três Lagoas, uma vez que tem mais que o dobro do número de pequenas propriedades.

Tabela 9 - Horticultura nos municípios de Tangará da Serra e Três Lagoas - 2006

	Tangara da Serra	Três lagoas
Total (Unidades)	-	-
Abobrinha (Toneladas)	33	9
Acelga (Toneladas)	X	1
Agrião (Toneladas)	8	1
Alface (Toneladas)	104	33
Almeirão (Toneladas)	32	8
Batata-doce (Toneladas)	2	2
Berinjela (Toneladas)	18	0
Beterraba (Toneladas)	4	1
Brócolis (Toneladas)	5	0
Bucha (esponja vegetal) (Toneladas)	X	1
Cará (Toneladas)	2	0
Cebolinha (Toneladas)	30	12
Cenoura (Toneladas)	6	1
Chicória (Toneladas)	4	2
Coentro (Toneladas)	8	4
Couve (Toneladas)	56	8
Couve-flor (Toneladas)	6	0
Hortelã (Toneladas)	0	2
Inhame (Toneladas)	1	X
Jiló (Toneladas)	20	1
Maxixe (Toneladas)	5	9
Milho verde (espiga)	166	10

(Toneladas)		
Morango (Toneladas)	-	5
Pepino (Toneladas)	159	0
Pimenta (Toneladas)	2	1
Pimentão (Toneladas)	127	0
Quiabo (Toneladas)	32	7
Rabanete (Toneladas)	46	2
Repolho (Toneladas)	6	1
Rúcula (Toneladas)	29	13
Salsa (Toneladas)	14	25
Total toneladas	925	159

Fonte: IBGE Censo Agropecuário de 2006.

Agroecologia: estratégia de resistência e alternativa camponesa

Observando os dados do Censo Agropecuário de 2006 verificamos que a produção de alimentos básicos no município de Três Lagoas praticamente desapareceu. Muitos argumentam que isto se deve à baixa fertilidade da terra. Mas se observarmos os dados dos últimos censos agropecuários do IBGE, por exemplo do ano de 1985 verificaremos que o município de Três Lagoas já destinou mais de 20 mil hectares para lavouras permanentes e temporárias.

O Censo Agropecuário de 1985 registrou aproximadamente 4 mil hectares com arroz, 3 mil hectares com milho, 162 hectares com feijão, mais de 400 hectares com mandioca, mais de 170 hectares com amora, 38 hectares de café e 45 de banana. Situação comprovado pelos relatos de camponeses do distrito de Arapuá que residem há 30 ou mais anos na região de Três Lagoas. “Então aqui era só roça. Aqui era lavoura. Milho aqui na região mantinha as fazendas da região tudo com milho”⁶.

Nosso entendimento é que o estado brasileiro, ao fomentar a implantação do modelo agrícola da chamada “Revolução Verde” fez com que os camponeses desaprendessem a produzir seus próprios alimentos. Hoje, o camponês precisa voltar a ser produtor de alimentos e muito mais: precisa voltar a ser pesquisador da natureza, cientista da roça e

⁶ Transcrição de parte de entrevista gravada com sitiante do Arapuá em agosto de 2009.

produtor de conhecimentos necessários para a sua sobrevivência enquanto classe. E isso não significa deixar de produzir para o comércio.

O resgate da produção de semente crioula é uma das ferramentas fundamentais para iniciar este processo de autonomia dos camponeses frente ao mercado globalizado. Semente crioula é uma semente comum, caseira, cabocla. Sempre foi desenvolvida pelos agricultores. É uma semente que está na mão dos agricultores e que não sofreu nenhum processo de modificação a não ser pelo processo natural de seleção. Não são sementes compradas no mercado. São sementes que estão preservadas nas comunidades indígenas, quilombolas.

Na origem da agricultura, de há 12 ou 15 mil anos, dois personagens caminham inseparáveis: os camponeses e camponesas e as sementes. O camponês não é um produtor de grãos, mas de sementes, estão ligados diretamente. A sobrevivência da semente depende da sobrevivência do camponês e vice versa. Falar da produção de sementes é, ao mesmo tempo, resgatar valores culturais e religiosos. É dar-se conta de que o controle das sementes por parte das empresas gera fome e dependência. Neste sentido do controle é que entram os transgênicos, eles não têm por objetivo produzir alimentos para matar a fome, mas sim, ter o controle das sementes, dos adubos, dos inseticidas, dos conhecimentos (tecnologias).

Estimular e fomentar a produção de sementes é estimular também um novo modelo de agricultura: agroecológica para produção de alimentos saudáveis. É aprender a ter cuidado com a terra observando a época mais apropriada para o plantio utilizando a adubação orgânica e adubação verde no lugar dos adubos químicos. É usar defensivos naturais para o controle de pragas em vez de venenos - é produzir alimentos mais saudáveis.

Porém, para os camponeses realizarem este processo de transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura ecológica, vai depender de tempo e de decisões políticas na formulação de políticas públicas de apoio a pesquisa de tecnologias voltadas para a agricultura camponesa e menos agressivas ao meio ambiente. Junto a isso, a formulação de teorias de desenvolvimento que considerem que a eficiência da agricultura não se mede apenas pela produtividade, por exemplo. Um desenvolvimento que considera a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Estratégias que ousem reorganizar o território sob a hegemonia dos camponeses, interagindo entre o saber tradicional e o científico, e rompendo com as hierarquias agroalimentares da Cargill, da Bunge, da Syngenta, da Monsanto, da LDC, da Bayer, da Basf...

Mas a transição não deve depender exclusivamente do Estado, é preciso uma ação em rede - e a Universidade tem papel preponderante. Neste sentido é que se destaca a

Universidade Estadual de Mato Grosso, campus de Tangará da Terra desenvolveu, entre de 2005 a 2008, vários projetos de pesquisa voltados para agricultura familiar camponesa, tais como: “Transição agroecológica: muito além da revolução verde”; “Fertilidade do Agroecossistema: muito além da fertilidade do solo”; “Rede de Produção e Consumo Solidário-RPCS” em parceria com os movimentos sociais. Este último se propunha a consolidar essa rede, a partir da troca de saberes entre os sujeitos da pesquisa, a saber: camponeses, consumidores e pesquisadores. O envolvimento, principalmente do curso de Agronomia, com pesquisas voltadas para a agricultura familiar rendeu vários trabalhos científicos que contribuíram com a organização da produção agrícola de agricultores envolvidos na rede de consumo solidário, estabelecida entre os produtores do Assentamento Antonio Conselheiro e os consumidores da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Destacamos a monografia de conclusão de curso, intitulada: “Levantamento de Sementes Tradicionais no Assentamento Antônio Conselheiro – MT: Sementes, um patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, que objetivou contribuir com a manutenção da agrobiodiversidade de sementes no Assentamento Antônio Conselheiro, realizando um levantamento para identificar as variedades de sementes tradicionais cultivadas e descrever as técnicas utilizadas para armazenar as sementes.

Esta parceria entre pesquisadores das instituições públicas e camponeses são de extrema importância devido à complexidade existente para se efetivar a transição da agricultura convencional para a agroecológica.

A transição da agricultura convencional, erguida sobre pilares econômicos, para a agricultura ecológica, é um processo a médio e longo prazo, que assimila técnicas e princípios coerentes com autonomia, estabilidade, produtividade e qualidade de vida dos agricultores e dos consumidores. A agroecologia não busca o retorno a um passado, mas sim estabelecer elos com o processo produtivo tradicional, distanciando-se pragmática e paradigmaticamente da agricultura produtivista (BORGES, SGUAREZI, 2010, p. 143).

Referências bibliográficas

- AB’SABER, A. N. – **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- BORGES, Juliano; SGUAREZI, Sandro Benedito. **Política de Desenvolvimento, Produção Camponesa e os Desafios da Agroecologia**. Revista Ateliê Geográfico, v. 4, n. 4 dez/2010 p.122-146, Goiânia, 2010.

DUARTE, Willian Marques. **Levantamento de Sementes Tradicionais no Assentamento Antônio Conselheiro – MT: Sementes, um patrimônio dos povos a serviço da humanidade**, Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo à Universidade do Estado de Mato Grosso – *Campus Tangará da Serra*, Tangará da Serra/MT, 2007.

GONÇALVES, C. Walter Porto. **A Invenção de novas Geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas**. In SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**, 2ª edição, São Paulo, Ed. Hucitec, 1997

PORTO-GONÇALVES, C. Walter. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**, 2ª edição, São Paulo, ed. Contexto, 1990.

KUDLAVICZ, Mieczslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Produção e Qualidade De Vida nos Assentamentos do Município de Santa Rita do Pardo/MS**. Trabalho apresentado no IV Encontro Sul Mato-Grossense de Geógrafos, Três Lagoas, 2006.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Nó da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul. In: **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul. Uma visão Multidisciplinar**, Almeida, Rosemeire Aparecida(Org.), Campo Grande, Editora UFMS, 2008.

SGUAREZI Sandro Benedito; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; BORGES, Juliano Luis, LAFORGA, Gilmar; LUCONI JR., Wilson. **Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo na perspectiva da agroecologia e da solidariedade: a experiência da Pós- Graduação Lato Sensu em Residência Agrária, trabalho** apresentado no 2º CIEPG (Congresso Internacional de Educação Ponta Grossa Paraná, Ponta Grossa/PR, 2010.

SGUAREZI Sandro Benedito; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; BORGES, Juliano Luis, LAFORGA, Gilmar; LUCONI JR., Wilson.**Organização Participativa da Rede de Produção e Consumo Solidário Entre Camponeses do Assentamento Antônio**

Conselheiro e Consumidores de Tangará da Serra-Mt, 4º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político, 06 a 09 de julho de 2010, UFPR, Curitiba/PR.

SILVA, Jean Augusto da. **Planejamento da Produção Agrícola no Assentamento Antonio Conselheiro Para Atender a Rede de Consumo Solidário**, monografia como requisito para obtenção do Diploma de Engenheiro Agrônomo no Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra/MT, 2006.